



Processo Administrativo nº 01070002/2021

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO PARA LICENCIAMENTO E CESSÃO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE GESTÃO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, ATRAVÉS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, LEGAL E ATENDIMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO, ATENDENDO AS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS LEGAIS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA – AL E A EMPRESA: **EVANDRO ANTÔNIO DA SILVA – ME.**

A Câmara Municipal de Delmiro Gouveia – AL, inscrito no CPNJ nº 12.421.178/0001-95, neste ato representado Presidente da Câmara Municipal o senhor **Marcos Antônio Silva**, portador do CPF (MF) nº 716.045.534-72 e RG nº 1067998 SSP/AL, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa: **EVANDRO ANTONIO DA SILVA – ME CNPJ Nº 00.759.148/0001-04**, com sede na Rua José Raul Lacerda, nº 20, Lote 25, Campo Grande, CEP 57.480-000, Delmiro Gouveia – AL, representando pelo Proprietário o Senhor Evandro Antônio da Silva, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 2204577 SSP/PE, com sede na Rua da Independência, nº 137, Centro, CEP nº 57.480-000, Delmiro Gouveia – AL, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o **Pregão Presencial nº 06/2017, Processo n.º 1121-006/2017** e embasados nas disposições expressas na **Cláusula Décima Segunda** do Contrato Original e do art. 57, Inciso II Parágrafo Primeiro da Lei Federal nº 8.666/93 e condições aceitas e expressas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A Cláusula décima segunda passará a vigor da seguinte forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O prazo de execução dos serviços será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir da expiração do 2º (segundo) termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem ratificada as demais cláusulas do contrato original.

E, por estarem justos e acordes, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que igualmente subscreve.

Delmiro Gouveia/AL, 14 de Janeiro de 2021.



MARCOS ANTÔNIO SILVA

Contratante



EVANDRO ANTÔNIO DA SILVA - ME

Contratada

Testemunhas:

1- 

CPF: 563.880.474-91

2- 

CPF 051 942 584-70

Publicado por:
Ana Maria Soares da Silva
Código Identificador:7851B927

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Administrativo nº 01070002/2021

Terceiro termo aditivo de prazo para licenciamento e cessão de software integrados de gestão para a Câmara Municipal.

Contratante: Câmara Municipal de Delmiro Gouveia - AL CNPJ nº 12.421.178/0001-95

Contratada: Evandro Antônio da Silva - ME CNPJ nº 00.759.148/0001-04.

Vigência: Por mais 12 (doze) meses.

MARCOS ANTÔNIO SILVA
Presidente da Câmara Legislativa

Publicado por:
Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:E550429D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 01/2021

Tipo: Menor preço por lote

Processo nº 01060015/2021

Disponibilidade: <http://www.licitacoes-e.com.br>

Objeto: Contratação de empresa para locação de veículos pequeno, médio e de grande porte, para atender as necessidades do Município de Delmiro Gouveia- AL.

Data de realização: 08 de fevereiro de 2021, às 10h00min.

Informações: cpldelmiro@outlook.com

ERIKA VANESSA MELO DE LIMA
Pregoeira

Publicado por:
Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:327CD1B4

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GIRAU DO PONCIANO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 05/2021

DECRETO MUNICIPAL N.º 05/2021, DE 22 DE JANEIRO DE 2021.

DECRETA CRITÉRIOS DE VACINAÇÃO DA COVID-19 DE FORMA REITERATIVA AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E SECRETARIA EXECUTIVA DA SAÚDE DE ALAGOAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GIRAU DO PONCIANO/AL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o desenvolvimento de imunobiológicos, o Ministério da Saúde (MS), por meio da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI) e do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis (DEIDT) da Secretaria de

Vigilância em Saúde (SVS), realizará a campanha nacional de vacinação contra a covid-19, de forma gradual, a iniciar em janeiro de 2021;

CONSIDERANDO que o início da vacinação se dará pelos trabalhadores da saúde, pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência (institucionalizadas), pessoas maiores de 18 anos com deficiência residentes em Residências Inclusivas (institucionalizadas) e indígenas vivendo em terras indígenas em conformidade com os cenários de disponibilidade da vacina, tudo conforme preconizado no Plano Nacional de Vacinação, reiterado pelo Plano Estadual de Vacinação;

CONSIDERANDO que o primeiro lote contendo 122 doses da vacina CORONAVAC, egressa e elaborada pelo Instituto Butantan e o Laboratório Sinovac aportou no Município no dia de ontem (21/01/2021), adquiridas e distribuídas pelo Governo Federal;

CONSIDERANDO disciplinar de forma minuciosa a distribuição e aplicação do referido imunológico pela rede municipal de saúde pública, bem como prevenir direitos e resguardar responsabilidades;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica decretado o início da Campanha Municipal de Vacinação de combate a COVID-19 (SARS-CoV-2), até ulterior deliberação.

Art. 2º - A vacinação deverá seguir rigorosamente as diretrizes dos planos Nacional, Estadual e Municipal de Vacinação, principalmente no que tange a ordem de vacinação dos grupos prioritários, considerando o número de doses enviadas por remessas dos governos Estadual e Federal e/ou eventualmente adquiridas diretamente pelo Município.

§1º - A prática de burla a ordem prioritária de vacinação com participação de servidores, ensejará abertura de Processo Administrativo Disciplinar, com possibilidade de pena administrativa de demissão, sem prejuízo de comunicação ao Ministério Público para adoção de medidas judiciais cabíveis;

§2º - A prática de burla a ordem prioritária de vacinação com participação de terceiros, ensejará na imediata comunicação ao Ministério Público para adoção de medidas judiciais cabíveis, inclusive penais.

Art. 3º - Reitera a manutenção da obrigatoriedade da utilização de mascarar, uso de álcool, distanciamento social e demais medidas de prevenção e proteção ao contágio pandêmico, independentemente do início da vacinação, conforme recomendação das autoridades sanitárias.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Girau do Ponciano/AL, 22 de janeiro de 2021;
199º da Independência, 132º da República e 62º da Emancipação.

DAVID RAMOS DE BARROS
Prefeito

Atesto que este ato foi publicado no mural do prédio da Prefeitura e nos demais órgãos do Município em 22/01/2021.

HUDSON ANTONIO FARIAS BATISTA
Secretário Municipal Gestão Pública

Publicado por:
Jair Oliveira Rocha
Código Identificador:EE285D07

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2021, DE 25 DE JANEIRO DE 2021